

Tjerk Hagemeyer

2 O português em contacto em África

Abstract: Em razão da presença portuguesa em África a partir do século XV e da consequente adaptação do português (europeu) a novas ecologias linguísticas, emergiram neste continente, em dois períodos históricos distintos, dois grupos de línguas crioulas de base lexical portuguesa, os crioulos da Alta Guiné e do Golfo da Guiné, assim como um conjunto de novas variedades do português, faladas nas antigas colónias portuguesas. Neste capítulo, propomo-nos, por um lado, descrever as condições históricas e sociolinguísticas em que estas novas línguas e variedades surgiram e se desenvolveram e, por outro lado, discutir algumas das tendências de variação linguística que têm vindo a ser descritas para o português em África, analisando-as quer à luz do contacto com línguas crioulas e línguas bantu quer à luz de mudança interna.

Keywords: variedades africanas do português, crioulos de base lexical portuguesa em África, línguas bantu, contacto de línguas, variação e mudança linguísticas

1 Introdução

A presença portuguesa na África subsaariana remonta ao século XV, quando se inicia o reconhecimento do continente africano por via marítima. Até ao século XIX, este reconhecimento resulta sobretudo na ocupação dispersa de zonas costeiras e ilhas, através de entrepostos, feitorias e fortalezas, dedicados a atividades económicas, tais como o tráfico de escravos e a produção de açúcar. O século XIX, e especialmente o período que se segue à Conferência de Berlim (1884–1885), marca o início da colonização efetiva de África.

A presença histórica da língua portuguesa em África teve várias consequências linguísticas. Em primeiro lugar, do contacto entre o português e diferentes línguas africanas continentais surgiu, no decorrer dos séculos XV e XVI, um conjunto de línguas crioulas de base lexical portuguesa na Alta Guiné e no Golfo da Guiné. Em segundo lugar, no século XX, assistimos à emergência e gradual consolidação de novas variedades de português, fruto da colonização efetiva dos espaços africanos. A terceira consequência, porventura a menos conhecida e que não será aqui desenvolvida, consiste na integração de léxico de origem portuguesa em inúmeras línguas em África com as quais o português teve, historicamente, contacto, quer línguas faladas nas antigas colónias portuguesas quer outras.

A formação destes crioulos e a emergência destas novas variedades de português resultam de diferentes graus de reestruturação linguística num cenário de aquisição de língua não materna (L2), os quais dependem de fatores sociais e linguísticos

específicos, tais como o grau de acesso e exposição à língua-alvo (o português), aspetos demográficos e a tipologia das línguas em contacto. No caso da crioulação, a necessidade de falantes de diferentes línguas criarem uma plataforma de comunicação comum resulta na emergência de um código L2 que é nativizado. Na maioria dos casos, trata-se de um processo relativamente rápido em que as línguas ancestrais são gradualmente abandonadas em detrimento da nova língua. A situação das novas variedades é distinta, uma vez que as diferentes línguas maternas (L1) continuam a coexistir com o português, a língua promovida por políticas linguísticas oficiais.

Este capítulo segue a seguinte estrutura. A secção 2 apresenta sumariamente os dois grupos de crioulos de base lexical portuguesa falados em África. As secções seguintes incidem sobre o português em África. Na caracterização sociolinguística e histórica contida na secção 3 discute-se o percurso das variedades africanas do português, com especial atenção para o período pós-independência e a questão da transição de L2 para L1 em algumas variedades. A secção 4, que está dividida em diferentes subsecções, aborda, primeiro, aspetos relacionados com o estado da investigação sobre as variedades africanas do português (secção 4.1). Em seguida, nas secções 4.2–4.5, discutimos algumas tendências no domínio da morfossintaxe e da sintaxe que caracterizam as variedades africanas do português e a sua relação com estruturas observadas nas línguas com que estas variedades estão em contacto.

2 Crioulos de base lexical portuguesa em África

O povoamento e o desenvolvimento da Alta Guiné e do Golfo da Guiné, a partir da segunda metade do século XV, apresentam semelhanças significativas do ponto de vista administrativo, económico, social e religioso (e.g. Seibert 2012). A importação maciça de escravos de diferentes origens etnolinguísticas para satisfazer os ciclos económicos da produção de açúcar e do tráfico de escravos resultou na génese de dois grupos de crioulos de base lexical portuguesa de formação independente, os crioulos da Alta Guiné e os crioulos do Golfo da Guiné, fruto do contacto entre o português e diferentes línguas africanas continentais.

Os crioulos da Alta Guiné incluem o kabuverdianu (crioulo de Cabo Verde), o kriol (crioulo da Guiné-Bissau) e o kriyol ou lingu kriston (crioulo de Casamansa) na zona de Ziguinchor, no Senegal. Alguns estudiosos propõem também a inclusão, neste grupo, do papiamentu, falado nas ilhas caribenhas Aruba, Bonaire e Curaçau (e.g. Quint 2000; Jacobs 2010). O debate sobre o berço da proto-língua que deu origem a estes crioulos tem-se centrado em duas hipóteses: a hipótese continental (rios ou praças da Guiné) e a hipótese insular (ilha de Santiago) (ver, por exemplo, a discussão em Jacobs 2010). Em termos linguísticos, para além do português, a língua de superstrato, parecem ter tido um papel preponderante línguas de substrato, como o wolof, da família atlântica, e o mandinga, da família mande. À exceção do crioulo de

Casamansa, cujo número de falantes é baixo e está a diminuir, os crioulos da Alta Guiné apresentam uma grande vitalidade linguística, inclusive nas diásporas.

Os crioulos do Golfo da Guiné, por sua vez, incluem o angolar, o lung'ie (lit. 'língua da ilha' – o crioulo do Príncipe), o santome (também designado forro, crioulo de S. Tomé), todos falados em S. Tomé e Príncipe, e ainda o fa d'ambô (lit. 'fala de Ano Bom'), falado na Guiné Equatorial. Apesar de estas quatro línguas não serem mutuamente inteligíveis, existe abundante evidência histórica e linguística a favor de uma origem partilhada (e.g. Hagemeijer 2011). O proto-crioulo do Golfo da Guiné ter-se-á formado no nordeste da ilha de S. Tomé, tendo-se ramificado no século XVI, devido à dispersão populacional, para as ilhas do Príncipe e de Ano Bom e, no caso do angolar, em consequência da fuga de escravos, para outras zonas de S. Tomé. No que respeita ao substrato dos crioulos do Golfo da Guiné, destaca-se a importância do edo (família edóide, Nigéria), bem como do quicongo e do quimbundo (línguas bantu do Congo e de Angola). Diferentemente dos crioulos da Alta Guiné, a vitalidade dos crioulos do Golfo da Guiné encontra-se atualmente ameaçada em maior ou menor grau. O lung'ie, em particular, terá hoje em dia no máximo algumas centenas de falantes ativos.

Apesar de o léxico predominantemente de origem portuguesa constituir o elo de ligação entre os crioulos da Alta Guiné e os crioulos do Golfo da Guiné, é de realçar que as diferenças linguísticas entre os dois grupos de línguas são substanciais (e.g. Ferraz 1987; Hagemeijer/Alexandre 2012), revelando o impacto de histórias sociais e línguas de substrato distintas no período de formação das protolínguas que surgiram na Alta Guiné e no Golfo da Guiné. Para uma caracterização (socio)linguística, amostras e fontes para estes crioulos, remetemos para Michaelis et al. (2013a; 2013b; 2013c) e Cardoso/Hagemeijer/Alexandre (2015).

3 Caracterização histórica e sociolinguística do português em África

Até às independências dos países africanos de língua oficial portuguesa (1975), o português era essencialmente uma L2 pouco falada por grande parte das respetivas populações. Esta situação veio a alterar-se bastante nas últimas décadas e atualmente pode fazer-se a distinção entre países onde o português não constitui a língua materna da população e países onde o português apresenta um crescente número de falantes nativos.

A primeira situação verifica-se em Cabo Verde, onde o crioulo cabo-verdiano é a língua materna exclusiva da população, e na Guiné-Bissau, onde o crioulo guineense reparte o estatuto de língua materna com cerca de 20 línguas africanas pertencentes às famílias atlântica (e.g. balanta, fula, papel e manjaco) e mande (e.g. mandinga), do Níger-Congo (Couto 2009). De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau relativos a 2009, o português é falado por 27,1% da população e o

crioulo por 90,4% da população, subentendendo-se que estas percentagens abrangem tanto falantes L1 como L2. Em Cabo Verde e na Guiné-Bissau, os crioulos desempenham o papel de língua de unidade nacional.

A segunda situação caracteriza o contexto linguístico de Angola, Moçambique e S. Tomé e Príncipe, onde o número de falantes L1 e L2 do português tem vindo a crescer rapidamente e onde esta língua desempenha o papel de língua de unidade nacional. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística de Angola, obtidos no Censo de 2014, num universo de aproximadamente 25,7 milhões de angolanos 71,15% falam português, um número que supera largamente as percentagens das línguas bantu mais faladas, o umbundo, o quicongo e o quimbundo, com percentagens de falantes de, respetivamente, 22,96%, 8,24% e 7,82%. Em relação a Moçambique, o censo moçambicano relativo a 2007 mostra que 10,7% da população falava o português como língua materna e 39,7% como língua não materna (e.g. Gonçalves 2012). De acordo com o mesmo censo, o português é hoje a segunda língua materna mais falada de Moçambique, ficando apenas atrás do macua (falado como L1 por 25,2% da população). No censo anterior, de 1997, no entanto, havia mais três línguas bantu que apresentavam mais falantes L1 do que o português (changana, lomue e sena). Em S. Tomé e Príncipe, o censo de 2011 indica uma percentagem de cerca de 91% de falantes do português, sem distinção entre falantes nativos e não nativos. De acordo com o mesmo censo, o forro, o crioulo maioritário em S. Tomé, era falado, em 2011, apenas por uns 33% da população, corroborando o papel dominante do português neste país.¹

A par de alguns problemas com a origem e a consistência dos dados estatísticos acima referidos, Gonçalves (2012) alerta para o facto de estes representarem uma autoavaliação das competências linguísticas dos recenseados. Ainda assim, fica claro que as independências representam o ponto de viragem: em 1975, apenas 1 a 2% da população angolana falava o português como língua materna e 15 a 20% como língua não materna (Endruschat 1990); em Moçambique, estas percentagens eram de, respetivamente, 1,2% e de 24,4% em 1980 (Gonçalves 2013); e em S. Tomé e Príncipe, cerca de 63% da população falava português (L1/L2) em 1981, o que mostra que a transição para o português neste país já se vinha a consolidar no tempo colonial.

A crescente nativização da antiga língua colonial em Angola, Moçambique e S. Tomé e Príncipe é um fenómeno que não se verifica em relação a outras línguas ex-coloniais em África e pode ser explicado através de fatores comuns e diferenciados. Fatores como o estatuto neutro, de L2, do português face à fragmentação linguística das L1, a massificação do ensino, o aumento da mobilidade social, a timidez das

1 Numa publicação em linha de 2010, o Observatório da Língua Portuguesa refere as seguintes percentagens de falantes do português: Angola (60%), Cabo Verde (95%), Guiné-Bissau (60%), Moçambique (50%), S. Tomé e Príncipe (95%), referindo que estas percentagens «foram consideradas com base em elementos obtidos junto das diferentes delegações nacionais participantes na IV Conferência Estatística da CPLP realizada em Lisboa a 1 e 2 de Julho de 2010». Embora não seja explicitado, estes números integrarão falantes L1 e L2.

políticas linguísticas efetivas em prol das línguas nacionais, assim como o prestígio do português enquanto língua de ascensão social, terão sido fundamentais na maior difusão do português.

No caso de Angola, em concreto, a presença portuguesa era muito significativa no período que antecedeu a independência, o que terá contribuído para um maior enraizamento do português como língua franca. Depois da independência, em consequência do longo período do conflito armado (1975–2003), o êxodo de populações falantes de diferentes línguas bantu do interior para o litoral, em particular para a capital, Luanda, reforçou o papel do português como língua franca. A presença portuguesa em Moçambique, por outro lado, foi menor no tempo colonial e o conflito armado que se seguiu à independência foi menos desestruturante do que em Angola, o que poderá ajudar a explicar o crescimento mais lento do número de falantes do português L1/L2 em Moçambique.

Em S. Tomé e Príncipe falavam-se essencialmente as línguas crioulas até meados do século XIX. Contudo, com a abolição da escravatura, o poder colonial instituiu o chamado regime do contrato, que conduziu um grande contingente de mão de obra angolana, cabo-verdiana e moçambicana até às ilhas de S. Tomé e Príncipe para trabalharem nas culturas de café e de cacau. O impacto demográfico foi de tal forma maciço que esta nova população rapidamente ultrapassou em número a população nativa das ilhas. Uma vez que a população nativa, os forros, se mantinha deliberadamente segregada destes contratados e dos seus descendentes, os chamados tongas (Rougé 1992), a população recém-chegada às ilhas começou a adotar o português como L2 e língua franca, em detrimento do forro. Devido ao baixo índice de repatriamentos de cabo-verdianos, o crioulo de Cabo Verde é ainda hoje amplamente falado em S. Tomé e Príncipe, tendo inclusive mais falantes do que o angolar e o lung'ie, dois dos crioulos autóctones, de acordo com o censo de 2011. Tal como em Angola e Moçambique, a consolidação, hegemonia e a nativização do português em S. Tomé e Príncipe é um fenómeno que está ligado ao período pós-independência (Gonçalves/Hagemeijer 2015).

A tendência de subida das percentagens de falantes (nativos) do português no contexto multilingue de Angola, Moçambique e S. Tomé e Príncipe tem necessariamente consequências para as outras línguas faladas nesses espaços. A diminuição acentuada da percentagem de falantes do forro, em S. Tomé, nas últimas décadas, é um exemplo paradigmático. Gonçalves (2012) explica que em Moçambique, em particular no seio da população mais escolarizada das cidades, a partir da entrada para a escola, o português passa frequentemente a ser a língua dominante de populações cuja L1 na primeira infância era uma língua bantu. A exposição reduzida à L1 pode ser considerada uma etapa intermédia num processo coletivo de mudança e erosão linguísticas, o qual está a ocorrer igualmente em Angola e está praticamente concluído em S. Tomé e Príncipe. Para travar este processo, Moçambique, em particular, tem adotado políticas linguísticas efetivas que promovam as línguas nacionais, tais como o projeto de escolarização bilingue, implementado em 1993, que envolve 16 línguas bantu.

Em suma, fatores sociolinguísticos específicos e a democratização da língua portuguesa a seguir às independências tiveram um impacto direto nas relações diglósicas em Angola, Moçambique e S. Tomé e Príncipe, onde a situação de diglossia estável que caracterizava o período colonial deu lugar a uma de diglossia instável que cada vez mais irradia dos centros urbanos para o interior.

4 Caracterização linguística do português em África

Esta secção tem por objetivo descrever alguns traços linguísticos em que as variedades africanas do português se distanciam do português europeu e convergem ou divergem entre si e discutir o papel do contacto de línguas e de processos mais gerais nas estruturas observadas. Focaremos em especial as áreas da morfossintaxe e da sintaxe, com maior atenção para as variedades angolana, moçambicana e são-tomense, onde há um uso mais alargado do português (L1 e L2). Segue-se, primeiro, uma secção que aborda algumas questões gerais relacionadas com o estado do estudo científico do português em África.

4.1 A investigação sobre as variedades africanas do português: questões prévias

A investigação linguística sobre as variedades africanas do português restringe-se essencialmente ao período pós-independência, que marca o início da massificação e consolidação do português. Contudo, existe uma discrepância significativa entre as diferentes variedades africanas do português do ponto de vista da sua descrição. Comparando as duas variedades com mais peso demográfico e geográfico, conclui-se que o estudo científico da variedade moçambicana está mais desenvolvido do que o da variedade angolana, ao passo que as variedades de português de Cabo Verde, de S. Tomé e Príncipe e especialmente da Guiné-Bissau são menos conhecidas, apresentando, de um modo geral, uma produção académica mais recente.² Verifica-se igualmente um desequilíbrio em relação às áreas da gramática investigadas. Têm sido privilegiadas áreas como a sintaxe (e.g. clíticos, duplos objetos, regência verbal) e a morfossintaxe (e.g. concordância de número), ao passo que as áreas da fonética e da fonologia das variedades africanas do português estão praticamente por desbravar.³

² A Cátedra de Português Língua Segunda e Estrangeira da Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique) disponibiliza bibliografias atualizadas para cada uma destas variedades (<http://www.catedra-portugues.uem.mz>). Veja-se também Madeira (2008).

³ Apenas algumas descrições mais gerais (e.g. Gonçalves 1997; Mingas 2000) fazem breve referência a questões fonético-fonológicas. Duas exceções a esta regra são as teses de mestrado de Christofolletti

Tendo em conta o amplo espectro de variação linguística que caracteriza cada uma das variedades africanas do português, devido à variabilidade dos fatores sociolinguísticos que tipicamente caracterizam as variedades L2 (ou com um passado recente de L2), é importante determo-nos brevemente na questão dos dados utilizados para a sua descrição e análise. Ao abordar esta questão, Gonçalves (2013, 161) refere que

«[e]sta variabilidade [se] evidencia quer na maneira pouco regular e sistemática com que estes traços se manifestam na produção linguística dos falantes [...], quer na frequente falta de coerência entre as produções dos falantes, orais ou escritas, e os juízos de gramaticalidade que estes emitem quando submetidos a procedimentos experimentais, nomeadamente testes de gramaticalidade».

Por um lado, existem estudos que se baseiam, parcial ou integralmente, em produções escritas, nomeadamente obras literárias. A título ilustrativo, algumas obras de autores como Luandino Vieira ou Jofre Rocha, que procuram reproduzir o português popular de Luanda, têm sido utilizadas em diversos trabalhos sobre o português angolano (e.g. Mingas 2000; Chavagne 2005). Contudo, estes trabalhos literários não constituem fontes seguras para o estudo (representativo) da língua falada (Gonçalves 2013, 162). Nos estudos baseados em textos manuscritos, como cartas ou produções manuscritas em contexto escolar ou académico (e.g. Cabral 2005), será necessário distinguir questões relacionadas com o próprio processo de escrita de características de uma nova gramática. Os estudos baseados em testes (escritos) de produção provocada ou de juízos de gramaticalidade (e.g. Mapasse 2005; Justino 2011), que correspondem tipicamente a um momento de maior consciência linguística, permitem confirmar tendências observadas em dados orais (espontâneos).

Temos, por outro lado, os trabalhos sobre a gramática adulta das variedades africanas do português que privilegiam o uso de dados da oralidade, como por exemplo entrevistas espontâneas ou semiestruturadas, para caracterizar a variação e mudança. Estes dados devem, idealmente, corresponder a processos mais exigentes que conduzam à constituição de corpora pesquisáveis (gravações, transcrições, revisão, anotação, etc.), mas também incluem, com alguma frequência, dados de intuição ou dados que não foram registados em qualquer tipo de suporte. O *Panorama do Português Oral de Maputo* (Stroud/Gonçalves 1997–2000) e o *Corpus África* (oral e escrito) do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (e.g. Bacelar do Nascimento et al. 2008) são dois exemplos de projetos que deram um contributo importante para o estudo linguístico das variedades africanas do português. Existem também diversos outros corpora, recolhidos sobretudo no âmbito de teses (e.g. Chavagne 2005; Figueiredo 2010; R. Gonçalves 2010; Inverno 2011). Como as variedades africa-

(2013), sobre a realização de ditongos no português são-tomense, e de Vicente (2009), sobre a consciência fonológica em crianças moçambicanas.

nas do português ainda estão numa fase de mutação mais intensa do que o português europeu e o português brasileiro, reveste-se de especial importância a realização de novas recolhas que possam documentar a sua gradual estabilização.

Um grande número de estudos sobre as variedades africanas do português procura assinalar tendências de divergência da norma do português europeu. Em muitos casos, a robustez destas tendências requer confirmação baseada em estudos quantitativos que também tenham em conta o perfil sociolinguístico dos informantes. O grau de escolarização dos informantes é normalmente apontado como o principal fator de convergência com o português europeu. Gonçalves/Chimbutane (2004, 7) sintetizam esta questão da seguinte forma:

«[a] distribuição e frequência dos traços não-padrão no discurso dos falantes não é idêntica para todos os membros desta comunidade. Com efeito, à semelhança do que acontece com outras línguas ex-coloniais, o português moçambicano apresenta um amplo espectro de variação que inclui desde as subvariedades 'basilectais', mais distantes do padrão europeu, dos falantes com pouco contacto com a língua-alvo, até às subvariedades mais próximas deste padrão, dos falantes mais instruídos».

As línguas com que o português está em contacto em África apresentam tipologias distintas. Em termos de tipologia morfológica geral, os crioulos são línguas isolantes e as línguas bantu aglutinantes. No entanto, é importante realçar que entre os crioulos da Alta Guiné e os crioulos do Golfo da Guiné, por um lado, e entre as diversas línguas bantu, por outro, existem diferenças significativas em domínios gramaticais específicos, o que poderá condicionar a consolidação das gramáticas das variedades africanas do português de forma distinta. A devida exploração destas diferenças (e semelhanças) entre as línguas com que o português está em contacto em África permite compreender melhor o papel do contacto face a processos mais gerais relacionados com a variação e mudança. Nas secções seguintes, é nosso objetivo discutir alguns casos particulares à luz destas questões.

4.2 Morfossintaxe: concordância de número

Uma característica que é frequentemente referida ou aprofundada nos estudos sobre as variedades africanas do português envolve casos em que o uso de morfologia flexional nominal e verbal diverge dos padrões conhecidos no português europeu (e.g. Marques 1983; Gärtner 1989; Gonçalves 1997; Mingas 2000; Chavagne 2005; Figueiredo 2008; 2010; Petter 2008; Inverno 2009; 2011; Lopes/Baxter 2011; Brandão 2011; Jon-And 2011). Os estudos sobre o português angolano e o português moçambicano referem algumas tendências a nível da ausência de concordância sujeito-verbo, tais como o uso do verbo na terceira pessoa do singular em contextos que requerem a terceira pessoa do plural ou a primeira pessoa do singular no português europeu (e.g. Gonçalves 1997; Chavagne 2005), mas é na concordância nominal, e especialmente de

número, que se concentra a maioria dos estudos, sendo o método privilegiado o da sociolinguística variacionista.

Os estudos que analisaram corpora orais permitiram determinar que o cancelamento da marca de número, isto é, tipicamente o apagamento do *-(e)s* do plural, afeta 6,6% dos casos no português são-tomense (Brandão 2011), 13% no português moçambicano e 18% no português cabo-verdiano (Jon-And 2011). Naturalmente, estes resultados estão dependentes do perfil dos informantes: nos referidos estudos, os falantes do português são-tomense eram, em média, mais escolarizados do que os do português moçambicano e do português cabo-verdiano. A relevância da variável escolaridade fica, de resto, patente no referido estudo sobre o português são-tomense, uma vez que a média de 6,6% de cancelamento sobe para 23,5% se considerarmos apenas os informantes com 5 a 8 anos de escolaridade (ensino fundamental) e desce para 1,2% no subgrupo com 12 a 15 anos de escolaridade (ensino superior). Os estudos de Brandão e Jon-And concluíram, sem surpresa, que a variável escolaridade é determinante para os padrões observados, tal como a variável posição linear em relação ao núcleo do sintagma nominal, que prediz que a marcação do plural ocorre tendencialmente mais à esquerda. Dois outros estudos sobre a concordância em comunidades linguísticas específicas de S. Tomé, os tongas de Monte Café (Baxter 2004) e Almoxarife (Figueiredo 2008; 2010), também destacam a importância dessa última variável. No caso do português cabo-verdiano e do português são-tomense, também foi estabelecido que a animacidade do núcleo favorece a marcação de plural, privilegiando nomes com o traço [+humano] em detrimento de nomes com o traço [-humano].

O cancelamento da marca de número é, por vezes, relacionado com a situação de contacto entre o português e outras línguas, onde se encontram, na realidade, estratégias de pluralização bastante diversas. O uso de flexão de número nos crioulos da Alta Guiné é sobretudo condicionado pela animacidade e definitude do núcleo (Baptista 2007). Assim, nomes [+humano] com interpretação definida recebem marcação de plural por sufixação, a não ser que sejam precedidos por elementos flexionáveis (e.g. *omi/omis* ‘homem/homens’; *alguns omi* ‘alguns homens’; *nhas fidju* ‘meus filhos’); o número de nomes [-humano] tende a não ser marcado morfológicamente. Os crioulos do Golfo da Guiné, por sua vez, não apresentam qualquer marcação morfológica de número, recorrendo tipicamente a nomes simples em todas as posições sintáticas. Contudo, para informação que pode ser recuperada discursiva ou contextualmente, estes crioulos apresentam uma estratégia sintática com marca de plural pré-nominal (*inen* (e.g. *inen ome* ‘os homens’), que é obrigatoriamente acompanhada de outros modificadores nominais, em particular do dêitico pós-nominal *se*, quando o nome é [-humano] (e.g. *inen lanza se* ‘as (tais) laranjas’ vs. **inen lanza*) (cf. Alexandre/Hagemeijer 2007).

Nas línguas bantu, por outro lado, a marcação de número segue uma estratégia distinta que consiste na prefixação dos nomes em função de classes nominais que são guiadas, *grosso modo*, por princípios semânticos (e.g. Katamba 2003). Uma língua

bantu típica apresenta em torno de 18 classes nominais: 6 classes emparelhadas, que são compostas por pares singular-plural, e 6 classes não emparelhadas, entre as quais normalmente 3 classes locativas (Katamba 2003, 108). A título exemplificativo, o quimbundo apresenta um total de 18 classes nominais, das quais representámos as primeiras seis em (1). Por exemplo, a classe 1, com plural na classe 2, em (1a), inclui sobretudo nomes com o traço [+humano].

- (1) a. 1 *mú-thu* ‘pessoa’ 2 *á-thú* ‘pessoas’
 b. 3 *mù-xí* ‘árvore’ 4 *mi-xì* ‘árvores’
 c. 5 *dí-lôngà* ‘prato’ 6 *má-lôngà* ‘pratos’ (quimbundo, adapt. de Diarra 1990)

Diversos autores defendem que na aquisição do português angolano (Marques 1983; Gärtner 1989; Mingas 2000; Inverno 2011) e de algumas subvariedades historicamente ligadas a comunidades de contratados bantu em S. Tomé (Baxter 2004; Figueiredo 2008), a marcação de número mais à esquerda, especialmente na posição pré-nuclear adjacente ao núcleo, poderá indicar que há uma relação com sistema de prefixos de classe, dispensando a marcação de número por sufixação no núcleo do sintagma nominal (*os homem*). Em alguns trabalhos mais antigos sobre o português angolano, considerava-se, inclusive, que os artigos do português eram interpretados como prefixos de classe. Contudo, Jon-And (2011), na sua comparação entre o português cabo-verdiano e o português moçambicano, defende que, face à tipologia distinta de marcação do número no crioulo cabo-verdiano e nas línguas bantu, as semelhanças encontradas no domínio da marcação de número nestas duas variedades do português favorecem uma hipótese mais direcionada para processos universais que guiam o processo de aquisição L2.

Ainda em relação às línguas bantu, estas apresentam tipicamente sintagmas nominais de núcleo inicial, como ilustra o seguinte exemplo do quicongo (de São Salvador, no norte de Angola):⁴

- (2) O-ma-tadi ma-ma ma-mpembe ma-mpwena ...
 AUM-8-pedra 8-DEM 8-branco 8-enorme
 ‘Estas pedras brancas enormes...’ (quicongo, adapt. de Bentley 1887, 526)

Este exemplo do quicongo mostra o núcleo do sintagma nominal *tadi* ‘pedra’, com o prefixo da classe 8 (plural). A concordância de classe é marcada nos modificadores pós-nominais, aqui um demonstrativo e dois adjetivos. Como a noção de número é fundamental nestas línguas e a ordem de palavras do sintagma nominal distinta da do português, o cancelamento de número observado no português angolano e no

⁴ As siglas usadas neste capítulo são, por ordem alfabética: 1, 2, 8, 12, etc.=prefixos de classe nas línguas bantu; AUM=aumento (bantu); CONN=conector; CS=concordância de sujeito; DEF=definido; DEM=demonstrativo; FOC=foco; IMP=pronome impessoal; LOC=locativo; NEG=negação; OBJ=objeto; PAS=passivo; PL=plural; PST=passado; REL=relativo; SG=singular; T/A=tempo/aspecto.

português moçambicano dificilmente poderá ser considerado uma consequência direta do contacto.

4.3 Estrutura argumental dos verbos

As alterações às grelhas argumentais dos verbos também estão entre os aspetos linguísticos que mais têm sido realçados nos diversos trabalhos sobre o português em África. Estas alterações afetam frequentemente as preposições selecionadas, como mostram os seguintes exemplos do português moçambicano.⁵

- (3) Eu tinha de ir participar um curso na Suécia. (PM, Gonçalves 1997, 47)
- (4) Os pais escondem os filhos a verdade. (PM, P. Gonçalves 2010, 100)
- (5) Foi na altura que eu separei com os meus pais. (PM, Gonçalves 1997, 49)
- (6) Ensina a criança respeitar aos pais. (PM, Gonçalves 1997, 47)

A ausência de preposição nos exemplos (3–4) tem como consequência a transitivização direta das grelhas argumentais dos verbos *participar* e *esconder*. Em (5), é selecionada uma preposição distinta daquela que é exigida pela norma do português europeu e no exemplo (6) verifica-se um caso de inserção de uma preposição. Os casos de omissão e substituição são mais frequentes nas variedades africanas do português do que os casos de inserção, mas coexistem tendências diferentes. Com base num corpus oral do português são-tomense, R. Gonçalves (2010) conclui que, em contextos desviantes da norma do português europeu, as omissões de preposições representam sensivelmente o dobro dos casos das substituições. Já num corpus de produções espontâneas, escritas, do português angolano Cabral (2005) verifica que há mais casos de substituição do que de omissão, o que se explica, em boa parte, pela substituição generalizada, nesta variedade, de *a* por *em*, que será tratada abaixo.

A reestruturação das grelhas argumentais com argumento dativo, como em (4) acima, também ocorre nas outras variedades africanas do português, como se mostra a seguir:

- (7) Entrega senhor uma cerveja. (PST, R. Gonçalves 2010, 34)
- (8) Ainda temos que pagar nos professores. (PA, Cabral 2005, 132)

⁵ Nos exemplos apresentados ao longo do texto, as siglas indicam a variedade a que o exemplo pertence: CCV=crioulo de Cabo Verde; CST=crioulo de S. Tomé; PA=português de Angola; PM=português de Moçambique; PST=português de S. Tomé e Príncipe.

À semelhança do português moçambicano, o português são-tomense, apresenta uma tendência clara para a construção de duplo objeto, apresentada em (7), que consiste na omissão do marcador dativo *a* que introduz o objeto indireto na norma do português europeu e na reorganização dos argumentos internos: o argumento correspondente ao objeto indireto, tipicamente um beneficiário com o traço [+humano] (os filhos, senhor), precede o objeto direto. Nestes contextos, o português angolano, por outro lado, apresenta uma solução em que o marcador de caso dativo *a* dá lugar à preposição *em* (8). Os estudos sobre o português moçambicano e português são-tomense (e.g. P. Gonçalves 2010; R. Gonçalves 2010) relacionam estas estruturas com o papel do contacto. Os exemplos em (9–10) mostram que as línguas bantu (do sul) de Moçambique, neste exemplo o changana, e o forro de S. Tomé apresentam a construção de duplo objeto.

- (9) Mamani a-nyik-ile [n'wana] [pawa]. (changana, P. Gonçalves 2010, 103)
 1.mamã CS-dar-PST 1.criança 5.pão
 'A mamã deu (algum) pão à criança.'
- (10) Sapatu ka da [ngê] [kalu n'ope]. (CST)
 sapato T/A dar pessoa calo LOC-pé
 'Os sapatos dão calos às pessoas.'

O português moçambicano e o português são-tomense divergem, no entanto, quanto à possibilidade de ocorrência de passivas dativas, uma construção correlacionada com a construção de duplo objeto em que o argumento correspondente ao objeto indireto é promovido a sujeito da frase. No português moçambicano e nas línguas bantu com que este está em contacto, as passivas dativas são legitimadas (cf. 11–12), ao passo que estas estruturas não estão atestadas no português são-tomense e no forro, reforçando a evidência a favor de uma análise de contacto.

- (11) Os filhos são escondidos a verdade. (PM, P. Gonçalves 2010, 100)
- (12) N'wana a-nyik-iw-ile pawa. (changana, P. Gonçalves 2010, 106)
 1.criança CS-dar-PAS-PST 5.pão
 '*A criança foi dada pão.'

Em relação ao português angolano, a generalização da preposição *em* é referida por diversos autores (e.g. Marques 1983; Mingas 2000; Cabral 2005; Chavagne 2005), ocorrendo especialmente em estruturas com argumento dativo (cf. (8)) e verbos de movimento (e.g. *ir*, *vir*, *voltar*, *chegar*).

- (13) Vamos em casa. (PA, Chavagne 2005, 225)
- (14) quando ele veio na nossa terra [...] (PA, Chavagne 2005, 225)

Diversos autores atribuem este uso ao contacto com o quimbundo (Marques 1983; Mingas 2000). Tal como muitas línguas bantu, esta língua apresenta três prefixos de

classe locativos (e.g. Chatelain 1888–1889; Diarra 1990), com funções específicas, que se associam aos nomes. O prefixo locativo *ku-* do quimbundo (ou *ko-* do umbundo), da classe nominal 17, ocorre tipicamente com a ideia de interioridade (dentro de, em), com verbos de movimento e também precede o argumento dativo:

- (15) Mwene w-ala ku-bata (quimbundo, Mingas 2000, 75)
 ele CS-estar LOC-casa
 'Ele está em casa.'
- (16) Ndé ku-Palaia. (quimbundo, Chatelain 1894, 30)
 vai LOC praia
 'Vai à praia.'
- (17) Uvutuk'ê ku-itadi. (quimbundo, Chatelain 1894, 36)
 ele-voltar LOC-jardim
 'Ele volta ao jardim.'
- (18) a. Nga-bana ma-divulu ku-a-thu. (quimbundo, Afonso Miguel [c.p.])
 1SG.PST-dar 6-livro LOC-2-pessoa
 b. Nda-ka a-livulu ko-ma-nu. (umbundo, Félix Chinjengue [c.p.])
 1SG.PST-dar 6-livroLOC-2-pessoas
 'Dei os livros às pessoas.'

Em síntese, a reestruturação das grelhas argumentais face à norma do português europeu é um fenómeno que afeta todas as variedades africanas do português. As construções com dois argumentos internos (objeto direto e objeto indireto), em particular, parecem mostrar que o português se aproximou das estruturas gramaticais das línguas com que está em contacto.

4.4 Estratégias de relativização

Tal como as variedades portuguesa e brasileira, as variedades africanas do português apresentam contextos em que as estratégias de relativização se afastam das estratégias canónicas. Diversos trabalhos sobre o português moçambicano (e.g. Chimbutane 1996; Brito 2001) mostram que esta variedade parece privilegiar a estratégia resuntiva em relativas de objeto direto (19), de oblíquo (20) e de genitivo (21). Nestes casos, o antecedente da relativa é normalmente retomado por um pronome (clítico ou forte) cujos traços de género e número concordam com o antecedente.

- (19) Há passagens do texto que podemos vê-las. (PM, Chimbutane 1996, 241)
- (20) Havia rapazes que nós não brincávamos com eles. (PM, Chimbutane 1996, 245)
- (21) Os meios de transporte que vi os nomes deles são... (PM, Brito 2002, 330)

No contexto de relativas de sintagma preposicional nas variedades africanas do português estudadas em Alexandre/Gonçalves/Hagemeijer (2011a; 2011b), verifica-se uma maior incidência da estratégia cortadora – cf. (22)–(23) –, que se caracteriza pelo apagamento da preposição, tanto em contextos de sintagmas preposicionais selecionados (22) como de sintagmas preposicionais adjuntos (23).

(22) Há determinados trabalho que eu me envolvi. (PST, R. Gonçalves 2010, 144)

(23) Depois cheguei um momento que eu vi que era vazio. (PST, R. Gonçalves 2010, 131)

Nos dados do português são-tomense, observou-se uma percentagem de cortadoras mais elevada do que a de realizações canónicas (com arrastamento da preposição), seguindo, de resto, a tendência referida na secção anterior sobre o elevado número de casos de omissão de preposições nas grelhas de subcategorização. Em informantes menos escolarizados do português são-tomense foram ainda encontrados alguns exemplos da estratégia de cópia defetiva (Alexandre 2012), em que o antecedente da relativa é retomado por um pronome invariável que corresponde sempre à terceira pessoa do singular masculino, isto é, não partilha traços de género e número com o antecedente, como ilustra (24).

(24) A própria escola que eu estudei nele. (PST, Alexandre/Gonçalves/Hagemeijer 2011a, 18)

À exceção desta última estratégia, as estratégias cortadora e resuntiva também ocorrem no português europeu e no português brasileiro, sendo a cortadora de longe a mais comum (e.g. Tarallo 1985; Peres/Móia 1995; Alexandre 2000). Tem-se defendido que esta mudança convergente no domínio das relativas nas variedades de português está correlacionada com a generalização do relativizador *que*, em detrimento do uso de pronomes relativos que apresentam traços de concordância (*quem*, *cujo*, *qual*, etc.), pese embora *cujo* estar atestado nas relativas genitivas do português moçambicano (Brito 2001; 2002).

Nas línguas bantu, as relativas que não são de sujeito apresentam diferentes estratégias no que se refere à relação que é estabelecida entre o antecedente da relativa e a estrutura interna da relativa (e.g. Henderson 2007). Há línguas, como o zulu (África do Sul), em que o antecedente da relativa é sistematicamente retomado sob a forma de um prefixo de concordância de objeto (e.g. Cheng/Downing 2010). Embora não obrigatória, esta estratégia é também frequentemente utilizada numa língua com o changana.

(25) A ngwana_i ley_i ni-nga-yi-rhandza yi-f-ile.
 DEF 7.cão 7.DEM 1SG-REL-7-amar 7-morrer-PST
 ‘Este cão que amei morreu.’ (changana, adapt. de Duarte 2011, 89)

Nesta relativa de objeto, o antecedente da relativa *a ngwana ley* ‘este cão’, pertencente à classe nominal 7, é retomada sob a forma de um prefixo de concordância de objeto

da classe 7, *yí*, que precede o verbo (ou, mais precisamente, o radical verbal), resultando numa estrutura equivalente a ‘este cão que eu o amei morreu’. Nas línguas de Angola, nomeadamente no quimbundo e no umbundo, por outro lado, o antecedente da relativa não é retomado em contextos semelhantes.

- (26) Ó i-mbwá í-ngà-sùmbù. (quimbundo, adapt. de Diarra 1990, 32)
AUM 9-cão 9-1SG.PST-comprar ‘O cão que comprei.’

- (27) Tánga ú-kánda e-kamba ly-á-ngè ly-á-sonefia.
Ler 3-carta 5-amigo 5-CONN-POSS 5-REL-escrever
‘Leia a carta que o meu amigo escreveu.’ (umbundo, adapt. de Schadeberg 1990, 45)

Contudo, de acordo com Diarra (1990, 32), o quimbundo apresenta resunção em relativas de objeto quando o antecedente pertence à classe 1 (tipicamente humanos, no singular), como em (28).

- (28) Mù-thú ngá-mú-sàngè.
1-pessoa 1SG.PST-1-encontrar
‘A pessoa que encontrei.’ (quimbundo, adapt. de Diarra 1990, 33)
(isto é, ‘a pessoa que eu a encontrei’)

No que respeita a relativas de sintagma preposicional, verifica-se que as línguas bantu apresentam, de um modo geral, uma estratégia de resunção (Riedel 2010). Apresentamos, em (29), um exemplo do umbundo.

- (29) Ava òma-nù ndá-vangw-ílé la-vó.
DEM 2.pessoa 1SG.REL-falar-PST com-3PL
‘Estas são as pessoas com quem falei.’ (umbundo, adapt. de Schadeberg 1990, 46)
(isto é, ‘estas são as pessoas que falei com elas’)

Uma análise detalhada das propriedades dos diferentes tipos de relativas do português angolano e do português moçambicano em contraste com as línguas bantu com que estas variedades estão em contacto permitirá avaliar melhor a importância do contacto. Se efetivamente se verificar uma tendência mais acentuada para pronomes resuntivos no português moçambicano do que no português angolano (e em outras variedades do português), a estrutura das relativas das línguas bantu na zona oriental, onde a estratégia de resunção é generalizada, poderá estar na origem deste contraste.

Em relação aos crioulos portugueses em África, os crioulos da Alta Guiné e do Golfo da Guiné não apresentam resunção em relativas de objeto e a estratégia típica das relativas de sintagma preposicional é a da cópia defetiva (e.g. Alexandre/Hagemeyer 2013), conforme ilustrada para o crioulo de S. Tomé em (30) e (31) respetivamente.

- (30) [...] zo xi ê na sa ngê se ku a kônsê fa ... (CST)
 então se 3SG NEG ser pessoa DEM REL IMP conhecer NEG ...
 ‘...então se não é uma pessoa que conhecem...’

- (31) Inen mwala se ku Zon fla ku ê sa ke. (CST)
 PL mulher DEM REL João falar com 3SG estar casa
 ‘As mulheres com quem o João falou estão em casa.’

No exemplo (31), o antecedente plural da relativa, *inen mwala se*, é retomado pela terceira pessoa do singular *ê*. Note-se que, nestes casos de relativização do sintagma preposicional, o crioulo de Cabo Verde (variantes de sotavento) apresenta variação entre a estratégia da cópia defetiva e a resuntiva (Alexandre 2012).

Em suma, no domínio da relativização, as variedades africanas do português recorrem essencialmente às mesmas estratégias que caracterizam o português europeu e o português brasileiro e à mesma tendência de generalização do relativizador *que*, sendo a variação mais uma questão quantitativa do que qualitativa. Apesar destas tendências convergentes, parece haver espaço para um efeito moderado de contacto, tendo em conta a ocorrência de relativas resuntivas de objeto no português moçambicano e de relativas de cópia defetiva no português são-tomense.

4.5 Objetos pronominais

Nesta secção analisaremos dois aspetos dos objetos pronominais e a sua relação com crioulos e línguas bantu, designadamente a forma do objeto pronominal, que será discutida em 4.5.1, e a sintaxe destes objetos, que será abordada em 4.5.2.

4.5.1 Forma dos objetos pronominais

As descrições do português angolano e do português moçambicano assinalam uma tendência para o uso do clítico dativo *lhe(s)* em contextos acusativos (e.g. Gonçalves 1990; 2004; 2010; Mingas 2000; Miguel 2003; Chavagne 2005; Mapasse 2005), como mostram os seguintes exemplos.

- (32) [...] se eu *lhe* encontrar, eu *lhe* reconheço. (PA, Chavagne 2005, 227)

- (33) Elogiaram-*lhe*. (PM, P. Gonçalves 2010, 100)

Apesar da semelhança superficial entre estas duas variedades, os mecanismos que estão na origem desta propriedade são distintos. No português moçambicano, a ocorrência do clítico dativo resulta de uma alteração da estrutura argumental de verbos transitivos diretos que consiste na inserção do marcador casual *a* quando o objeto é [+humano].

- (34) Eles elogiaram a uma pessoa. (PM, P. Gonçalves 2010, 100)

Esta reestruturação das grelhas argumentais, isto é, a inserção de *a*, não se observa no português angolano, onde o clítico *lhe(s)*, muitas vezes realizado como *le(s)* (e.g. Miguel 2003), funciona como uma forma única para os contextos acusativo e dativo. No português são-tomense, as tendências são menos claras, mas esta variedade, mais do que o português angolano e o português moçambicano, privilegia a ocorrência de pronomes fortes em vez de clíticos.

- (35) Porque em muitos momentos não fico psicologicamente preparado para falar o crioulo forro, respondi ele em nosso português. (PST, Gonçalves 2009)

Esta tendência é mais acentuada no caso do complemento direto, visto que há outras estratégias que concorrem para a realização dos complementos indiretos, nomeadamente o uso de *a* ou *para* (e.g. *vendi a/para ele*). Uma consequência direta desta variação observada nas variedades africanas do português traduz-se numa tendência de perda dos clíticos acusativos *o(s)*, *a(s)*.

No domínio dos clíticos reflexos, as variedades africanas do português também apresentam características que as distanciam do português europeu. Em todas elas, observa-se uma tendência para a supressão dos pronomes reflexos, especialmente quando estes são clíticos inerentes (Mendes/Estrela 2008). Esta tendência já tinha sido observada para o português moçambicano (e.g. Gonçalves 1996, 317s.), como em (36), e é particularmente acentuada no português são-tomense (cf. (37)). Embora a supressão do clítico reflexo também esteja documentada para o português angolano (Chavagne 2005, 257; Mendes/Estrela 2008), vários autores referem, para esta variedade, uma generalização do pronome reflexo *se* para as outras pessoas do paradigma, como em (38–39) (e.g. Miguel 2003; Chavagne 2005; Inverno 2011).

- (36) A tal namorada foi queixar ao pai. (PM, Gonçalves 1996, 317)

- (37) Com o tempo, tornei resistente. (PST)

- (38) Nós conseguimos se entender (PA, Inverno 2011, 181)

- (39) Eu não se mexi (PA, Miguel 2003, 75)

Nas línguas bantu, os objetos direto e indireto pronominalizados são representados por prefixos idênticos que ocorrem imediatamente à esquerda do radical verbal.

- (40) Kàbhúlú ka-mù-bhit-île. (quimbundo, adapt. de Miguel 2003, 55)
12.lebre 12-1-ultrapassar-PST
'A lebre ultrapassou-o.'

- (41) Nga-mu-bane ma-honjo. (quimbundo, adapt. de Mingas 2000, 71)
 1SG.PST-1-dar.PST 6-banana
 ‘Eu dei-lhe (algumas) bananas.’

Nos casos em que os verbos do português apresentam um pronome reflexo inerente (e.g. *rir-se*, *deitar-se*), as línguas bantu não apresentam morfologia específica. A reflexividade é normalmente marcada com verbos transitivos, isto é verbos que em português licenciariam um pronome reflexo argumental, sob a forma de um prefixo invariável que, à semelhança dos prefixos de objeto, ocorre na posição pré-radical verbal, exemplificado em (42) para as formas do singular.

- (42) a. ngi-di-sukula. ‘Eu lavo-me.’ (quimbundo, adapt. de Miguel 2003, 56)
 b. u-di-sukula. ‘Tu lavas-te.’
 c. wa-di-kwama. ‘Ele(ela) magoa-se.’

Tal como nas línguas bantu, os pronomes de objeto direto e indireto de terceira pessoa do singular nos crioulos apresentam formas idênticas, apresentando-se como formas enclíticas:

- (43) Bu pintxa-l. / Bu da’l dos txabi. (CCV)
 (44) Bô pins’e. / Bô d’e dôsu sabi. (CST)
 2SG empurrar-3SG / 2SG dar-3SG dois chave
 ‘Empurraste-o/a.’ / ‘Deste-lhe duas chaves.’

Nestes crioulos, alguns verbos apresentam uma estratégia reflexiva nominal, que recorre às palavras ‘cabeça’ e ‘corpo’ como elemento de reflexivização. Trata-se, em geral, de verbos que são inerentemente transitivos, isto é, verbos que dispõem de uma posição argumental, como em (45) e (46). Nestes crioulos não existe, de resto, um paradigma reflexivo correspondente aos clíticos inerentes do português – cf. (47)–(48).

- (45) E mata (si) kabesa. (CCV, Quint 2000, 177)
 3SG matar DEM cabeça
 ‘Ele suicidou-se.’
 (46) [...] pa ê na ngana ubwê dê. (CST)
 para 3SG NEG enganar corpo DEM
 ‘...para que ele não se enganasse.’
 (47) Bu xinta. / Bu ri. / Bu deta. (CCV)
 (48) Bô tason. / Bô li. / Bô deta. (CST)
 ‘Tu sentaste-te.’ / ‘Tu riste-te.’ / ‘Tu deitaste-te.’

Conclui-se que a perda dos clíticos acusativos nas variedades africanas do português não pode ser considerada uma consequência direta do contacto, uma vez que as

línguas bantu e os crioulos também apresentam pronomes gramaticalizados, sob a forma de afixos e clíticos, respetivamente. Uma hipótese mais geral de perda dos itens lexicais mais funcionais e, por regra, foneticamente mais fracos em contexto de aquisição de L2 parece adequar-se melhor a este cenário. No entanto, podem pelo menos ser parcialmente atribuídas ao efeito do contacto a tendência para neutralizar a oposição entre a forma dos pronomes de objeto direto e indireto nas variedades africanas do português bem como a perda generalizada dos clíticos inerentes. No caso da generalização do pronome reflexo *se* no português angolano, a hipótese do contacto também deve ser equacionada, conforme mostrámos, mas deverá ter em conta que a mesma tendência também se verifica num subgrupo de dialetos do português europeu (Martins 2009), onde a generalização afeta apenas o paradigma do plural, e no português brasileiro (Brito 2009), onde afeta também o singular, à semelhança do português angolano.

4.5.2 Sintaxe dos objetos pronominais

Nas variedades africanas do português, têm sido identificadas algumas tendências no que diz respeito ao padrão de colocação de clíticos, as quais, em geral, carecem de corroboração através de estudos quantitativos. Na discussão destes padrões é fundamental ter em consideração as diferenças entre contextos verbais simples e os diferentes tipos de sequências verbais, bem como o papel dos atratores de próclise (advérbios, conectores de subordinação, etc.).

Os trabalhos sobre o português de Moçambique (e.g. Mapasse 2005; Gonçalves 2013) destacam o facto de esta variedade privilegiar a colocação enclítica com formas verbais simples, mesmo na presença de atratores de próclise, como em (49), e a posição intermédia em sequências verbais, em (50) e (51), que poderão corresponder a casos de ênclise ao verbo auxiliar ou de próclise ao verbo encaixado (cf. Gonçalves 2013, 172), embora seja necessário analisar se em (51) o clítico é atraído pela preposição *a*.

(49) ..daí que relaciono-me bem com eles. (PM, Mapasse 2005, 70)

(50) Eu sei que podes me ajudar. (PM, Gonçalves 2013, 172)

(51) Este desemprego começou a se fazer sentir. (PM, Mapasse 2005, 68)

Em relação ao português angolano, autores como Chavagne (2005) e Miguel (2003) mencionam a instabilidade no que se refere ao padrão de colocação dos clíticos. Ainda assim, emergem algumas diferenças assistemáticas em relação à norma do português europeu que requerem estudos mais aprofundados, designadamente uma maior preferência por próclise em contextos verbais simples sem a presença de atratores de próclise (52) e mais frequentemente ênclise em contextos com proclisado-

res (53). Nos contextos de sequências verbais do português angolano também se observam casos de clíticos em posição intermédia (54). Tal como no caso do português moçambicano, que poderão ser casos de próclise ao verbo principal, na linha do exemplo (55).

(52) Praticamente, me identifico mais com o povo bantu. (PA, Chavagne 2005, 248)

(53) dum sistema que herdou-se duma colonização. (PA, Chavagne 2005, 248)

(54) E eu até, só uma coisa que vou lhe dizer? (PA, Chavagne 2005, 248)

(55) João, qual é a disciplina que tá a lhe dar mais trabalho aqui?
(PA, Chavagne 2005, An. I, 30)

O português são-tomense, por fim, também parece caracterizar-se por alguma variação em orações principais, em função do tipo de proclisador, e próclise em orações subordinadas finitas (Gonçalves 2009). Globalmente, os padrões de colocação dos clíticos nas variedades africanas do português apresentam mais instabilidade do que as variedades portuguesa e brasileira. Ainda assim, parecem aproximar-se mais dos padrões do português europeu do que do português brasileiro, embora sejam necessários estudos quantitativos baseados em corpora orais para corroborar esta afirmação.

Relativamente ao padrão de colocação de pronomes de objeto, as línguas bantu e os crioulos apresentam estratégias distintas. Nas primeiras, os pronomes são prefixados em contextos verbais simples e prefixados ao verbo encaixado em contextos verbais complexos.

(56) Ndi-va-ipa. (umbundo, Nascimento 1894, 37)
1SG-3PL.OBJ-matar
'Eu mato-os.'

(57) O-fwete kio-baka. (quicongo, Bentley 1887, 282)
2SG-dever 5.OBJ-apanhar
'Deverias tê-lo apanhado.'

Já nos crioulos portugueses em África, os pronomes (clíticos) ocorrem sempre à direita do verbo em contextos verbais simples e à direita do verbo encaixado em contextos verbais complexos, como mostram os exemplos do crioulo de Cabo Verde em (58–59).

(58) Nu ka ta kunpra-l. (CCV)
1PL NEG T/A comprar-3SG
'Não estamos a comprá-lo.'

(59) Djonki pode djuda-m. (CCV)
João FOC poder ajudar-1SG
'João é que pode ajudar-me.'

O contraste entre o português (715 A colocação dos pronomes clíticos em sincronia e diacronia), as línguas bantu e os crioulos no domínio da sintaxe dos pronomes de objeto é terreno fértil para estudos comparados. Se o papel das línguas bantu fosse determinante para os padrões de colocação de clíticos, o português angolano e o português moçambicano deveriam apresentar uma tendência para a próclise em contextos verbais simples, hipótese essa que é contrariada pelo menos pela forte tendência para ênclise no português moçambicano. Por outras palavras, a homogeneidade que caracteriza as línguas bantu neste domínio da gramática não se traduz num efeito homogêneo nestas duas variedades. Por outro lado, se se confirmar que a posição intermédia em contextos verbais complexos corresponde, efetivamente, a próclise ao verbo principal nas variedades angolana e moçambicana, estes casos poderiam constituir evidência de contacto com as línguas bantu, especialmente se se verificar que este padrão não ocorre ou é menos comum nos espaços onde o português está em contacto com crioulos, que apresentam ênclise ao verbo encaixado. O recurso a estudos quantitativos baseados em corpora poderá também viabilizar uma análise mais refinada de, por exemplo, o comportamento de clíticos em diferentes tipos de sequências verbais (com verbos «auxiliares» modais, aspetuais, causativos, etc.) ou a perda do efeito de próclise com diferentes tipos de proclisadores.

5 Considerações finais

A presença da língua portuguesa em África resultou, em momentos distintos, na formação de línguas crioulas e de novas variedades do português nas antigas colónias portuguesas. As variedades africanas do português, em particular, começaram a consolidar-se sobretudo a partir das independências, com a democratização do português. Nas últimas décadas, não só o número de falantes do português tem vindo a aumentar em todos os espaços, como também se assiste a um ciclo de nativização desta língua em Angola, Moçambique e S. Tomé e Príncipe.

Apesar de se tratar de uma área de investigação jovem e extremamente complexa do ponto de vista sociolinguístico e linguístico, os estudos efetuados sobre as variedades africanas do português já vão revelando algumas tendências linguísticas mais robustas, designadamente nos domínios da sintaxe e da morfossintaxe, em que se concentra um maior número de estudos. Algumas dessas tendências são observadas, em maior ou menor grau, em todas as variedades do português (e.g. as relativas cortadoras), ao passo que outras são partilhadas por apenas um subconjunto de variedades (e.g. as construções de duplo objeto no português de Moçambique e de S. Tomé). Há ainda traços que são (praticamente) exclusivos de uma só variedade (e.g. as relativas de cópia defetiva no português de S. Tomé ou os objetos indiretos preposicionados por *em* no português de Angola). Esta variação linguística, que seguramente aumentará à medida que forem explorados novos aspetos linguísticos, mostra que o português em África está longe de constituir uma unidade linguística.

A breve descrição de algumas estruturas linguísticas e a comparação com as línguas crioulas e bantu com que estas variedades estão em contacto mostram que a complementaridade entre a mudança induzida por contacto de línguas e a mudança interna guiada por princípios gerais da gramática devem continuar a fazer parte do programa de investigação linguística sobre as variedades africanas do português.

6 Referências

- Alexandre, Nélia (2000), *A estratégia resumptiva em relativas restritivas do português europeu*, dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Alexandre, Nélia (2012), *The defective copy theory of movement: Evidence from wh-constructions in Cape Verdean Creole*, Amsterdam/Philadelphia, Benjamins.
- Alexandre, Nélia/Gonçalves, Rita/Hagemeijer, Tjerk (2011a), *A formação de frases relativas de PP no português de Cabo Verde e de São Tomé*, in: Armanda Costa/Isabel Falé/Pilar Barbosar (edd.), *Textos seleccionados do XXVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística 2010*, Lisboa, APL, 17–34.
- Alexandre, Nélia/Gonçalves, Rita/Hagemeijer, Tjerk (2011b), *PP-relativization in African Varieties of Portuguese: between contact and convergent change*, comunicação apresentada na conferência *Rethinking contact-induced change*, Universidade de Leiden, 9–11 de junho de 2011.
- Alexandre, Nélia/Hagemeijer, Tjerk (2007), *Bare Nouns and the Nominal Domain in Santome*, in: Marlyse Baptista/Jacqueline Guéron (edd.), *Noun phrases in creole languages: a multi-faceted approach*, Amsterdam/Philadelphia, Benjamins, 37–59.
- Alexandre, Nélia/Hagemeijer, Tjerk (2013), *Estratégias de relativização de PPs no mundo luso-atlântico: crioulos de base lexical portuguesa e variedades do português*, in: Maria Denilda Moura/Marcelo Amorim Sibaldo (edd.), *Para a história do português brasileiro, Volume III – Sintaxe comparativa entre o português brasileiro e línguas crioulas de base lexical portuguesa*, Maceió, EDUFAL, 49–71.
- Bacelar do Nascimento, Maria Fernanda, et al. (2008), *Aspetos da unidade e diversidade do Português: as variedades africanas face à variedade europeia*, Revista Veredas 9, 35–60.
- Baptista, Marlyse (2007), *On the syntax and semantics of DP in Cape Verdean Creole*, in: Marlyse Baptista/Jacqueline Guéron (edd.), *Noun phrases in creole languages: a multi-faceted approach*, Amsterdam/Philadelphia, Benjamins, 61–105.
- Baxter, Alan N. (2004), *The development of variable NP plural agreement in a restructured African variety of Portuguese*, in: Geneviève Escure/Armin Schwegler (edd.), *Creoles, contact and language change: Linguistics and social implications*, Amsterdam/Philadelphia, Benjamins, 97–126.
- Bentley, William Holman (1887), *Dictionary and grammar of the Kongo language, as spoken at San Salvador, the ancient capital of the old Congo empire, West Africa*, London, Baptist Missionary Society.
- Brandão, Sílvia (2011), *Concordância nominal em duas variedades do português: convergências e divergências*, Veredas – Revista de Estudos Linguísticos 15:1, 164–178.
- Brito, Ana Maria (2001), *Relativas de genitivo no português europeu e no português de Moçambique*, in: Clara Nunes Correia/Anabela Gonçalves (edd.), *Actas do XVI Encontro Nacional da APL*, Lisboa, APL, 115–129.
- Brito, Ana Maria (2002), *Relativas de genitivo «estranhas» no português de Moçambique: erros ou sinais de mudança?*, in: *As ciências sociais nos espaços de língua portuguesa: Balanços e desafios: actas 2*, Porto, FLUP, 329–336.

- Brito, Dorothy (2009), *O «se» reflexivo no português brasileiro*, tese de Doutorado, Maceió, Universidade Federal de Alagoas.
- Cabral, Lisender (2005), *Complementos verbais preposicionados do português em Angola*, dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Cardoso, Hugo/Hagemeijer, Tjerk/Alexandre, Nélia (2015), *Crioulos de base lexical portuguesa*, in: Maria Iliescu/Eugeen Roegiest (edd.), *Manuel des anthologies, corpus et textes romans*, Berlin/ /Boston, De Gruyter, 670–691.
- Chatelain, Héli (1888–1889), *Grammatica elementar do kimbundu ou lingua de Angola*, Ridgewood, New Jersey, The Gregg Press Incorporated.
- Chatelain, Héli (1894), *Folk-tales of Angola – fifty tales, with Ki-mbundu text literal English translation, introduction and notes*, Honolulu, University Press of the Pacific.
- Chavagne, Jean-Pierre (2005), *La langue portugaise d'Angola: étude des écarts par rapport à la norme européenne du portugais*, tese de Doutorado, Lyon, Université Lumière.
- Cheng, Lisa/Downing, Laura (2010), *Locative relatives in Durban Zulu*, ZAS Papers in Linguistics 53, 33–35.
- Chimbutane, Feliciano (1996), *A estratégia de pronome resumptivo na formação de orações relativas de OD e de OBL do português de Moçambique*, in: *Actas do XI Encontro Nacional da APL*, vol. 3, Lisboa, Colibri, 225–248.
- Christofoletti, Alfredo (2013), *Ditongos no português de São Tomé e Príncipe*, dissertação de Mestrado, São Paulo, Universidade de São Paulo.
- Couto, Hildo Honório do (2009), *Português em contato: o português e o crioulo na Guiné-Bissau*, in: Ana Maria Carvalho (ed.), *Português em contacto*, Madrid/Frankfurt am Main, Iberoamericana/ /Vervuert, 53–66.
- Diarra, Boubacar (1990), *Gramática kimbundu*, Luanda, Secretaria de Estado da Cultura, Instituto de Línguas Nacionais.
- Duarte, Fábio Bonfim (2011), *Tense encoding, agreement patterns, definiteness and relativization strategies in Changana*, in: Eyamba G. Bokamba et al. (edd.), *Selected proceedings of the 40th Annual Conference on African Linguistics*, Somerville (MA), Cascadilla Proceedings Project, 80–94.
- Endruschat, Annette (1990), *Studien zur portugiesischen Sprache in Angola (unter besonderer Berücksichtigung lexikalischer und soziolinguistischer Aspekte)*, Frankfurt am Main, TFM.
- Ferraz, Luiz Ivens (1987), *Portuguese creoles of West Africa and Asia*, in: Glenn G. Gilbert (ed.), *Pidgin and creole languages: Essays in memory of John E. Reinecke*, Honolulu, University of Hawaii Press, 337–360.
- Figueiredo, Carlos Filipe (2008), *A concordância variável no sintagma nominal plural do português reestruturado de almoxarife (São Tomé)*, *Papia* 18, 23–43.
- Figueiredo, Carlos Filipe (2010), *A concordância plural variável no sintagma nominal do português reestruturado da comunidade de almoxarife, São Tomé*, tese de Doutorado, Universidade de Macau.
- Gärtner, Eberhard (1989), *Remarques sur la syntaxe du portugais en Angola e au Mozambique*, in: Jean-Michel Massa/Matthias Perl (edd.), *La Langue Portugaise en Afrique*, Rennes, Université de Haute Bretagne, 29–54.
- Gonçalves, Perpétua (1990), *A construção de uma gramática de português em Moçambique: aspectos da estrutura argumental dos verbos*, tese de Doutorado, Universidade de Lisboa.
- Gonçalves, Perpétua (1996), *Aspectos da sintaxe do português de Moçambique*, in: Isabel Hub Faria et al. (edd.), *Introdução à linguística geral e portuguesa*, Lisboa, Caminho, 313–322.
- Gonçalves, Perpétua (1997), *Tipologia de «erros» do português oral de Maputo: um primeiro diagnóstico*, in: Christopher Stroud/Perpétua Gonçalves (edd.), *Panorama do português oral de Maputo*, vol. 2: *A construção de um banco de «erros»*, Maputo, INDE, 37–70.

- Gonçalves, Perpétua (2004), *Towards a unified vision of classes of language acquisition and change: Arguments from the genesis of Mozambican African Portuguese*, *Journal of Pidgin and Creole Languages* 19:2, 225–259.
- Gonçalves, Perpétua (2010), *A génese do Português de Moçambique*, Lisboa, INCM.
- Gonçalves, Perpétua (2012), *Lusofonia em Moçambique: com ou sem glotofagia?*, comunicação apresentada no *II Congresso Internacional de Linguística Histórica – Homenagem a Ataliba Teixeira de Castilho*, São Paulo, 2012. http://www.catedraportugues.uem.mz/lib/docs/lusofonia_em_mocambique.pdf (04.01.2016)
- Gonçalves, Perpétua (2013), *O português em África*, in: Eduardo B. Paiva Raposo et al. (orgs.), *Gramática do Português*, vol. 1, cap. 7, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 157–178.
- Gonçalves, Perpétua (coord.), *Cátedra de Português, Língua Segunda e Estrangeira* [online], Instituto Camões/Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique. http://www.catedraportugues.uem.mz/?__target__=variedades-nao-europeias (30.09.2015)
- Gonçalves, Perpétua/Chimbutane, Feliciano (2004), *O papel das línguas bantu na génese do português de Moçambique: o comportamento sintático de constituintes locativos e direcionais*, *Papia* 14, 7–30.
- Gonçalves, Rita (2009), *A colocação dos pronomes clíticos no português oral de S. Tomé: Análise e discussão de contextos numa perspectiva comparativa*, ms. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Gonçalves, Rita (2010), *Propriedades de subcategorização verbal no português de São Tomé*, dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Gonçalves, Rita/Hagemeyer, Tjerk (2015), *O português num contexto multilíngue: O caso de São Tomé e Príncipe*, *Revista Científica da Universidade Eduardo Mondlane: Série Letras e Ciências Sociais* 1:1, 87–107.
- Gordon, Raymond G. (ed.) (¹⁵2005), *Ethnologue: Languages of the world*, Dallas, SIL International.
- Hagemeyer, Tjerk (2011), *The Gulf of Guinea creoles: Genetic and typological relations*, *Journal of Pidgin and Creole Languages* 26:1, 111–154.
- Hagemeyer, Tjerk/Alexandre, Nélia (2012), *Os crioulos da Alta Guiné e do Golfo da Guiné: Uma comparação sintática*, *Papia* 22:2, 207–226.
- Henderson, Brent (2007), *The syntax of agreement in Bantu relatives*, in: Frederick Hoyt et al. (edd.), *Texas Linguistics Society IX: The morphosyntax of underrepresented languages*, Stanford (CA), CSLI Publications, 167–184.
- Inverno, Liliana (2009), *A transição de Angola para o português vernáculo: estudo morfossintático do sintagma nominal*, in: Ana Maria Carvalho (ed.), *Português em contacto*, Madrid/Frankfurt am Main, Iberoamericana/Vervuert, 87–106.
- Inverno, Liliana (2011), *Contact-induced restructuring of Portuguese morphosyntax in interior Angola*, tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra.
- Jacobs, Bart (2010), *Upper Guinea creole: Evidence in favor of a Santiago birth origins of Papia-mentu: Linguistic and historical evidence*, *Journal of Pidgin and Creole Languages* 25:2, 289–343.
- Jon-And, Anna (2011), *Variação, contato e mudança linguística em Moçambique e Cabo Verde: A concordância variável de número em sintagmas nominais do português*, tese de Doutoramento, Universidade de Estocolmo.
- Justino, Víctor (2011), *A distribuição e a expressão gramatical do futuro do conjuntivo no Português de Moçambique*, dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Katamba, Francis (ed.) (2003), *Bantu nominal morphology*, in: Derek Nurse/Gérard Philippson (edd.), *The Bantu languages*, London/New York, Routledge, 103–120.
- Lopes, Norma/Baxter, Alan (2011), *A concordância verbal variável no português dos tongas*, *Papia* 21:1, 39–50.

- Madeira, Sandra (2008), *Towards an annotated bibliography of restructured Portuguese in Africa*, dissertação de Mestrado, Universidade Coimbra.
- Mapasse, Ermelinda (2005), *Clíticos pronominais em português de Moçambique*, dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Marques, Irene Guerra (1983), *Algumas considerações sobre a problemática linguística em Angola*, in: Instituto de Língua e Cultura Portuguesa (ed.), *Actas do Congresso sobre a situação actual da língua portuguesa no mundo*, Lisboa, ICALP, 205–223.
- Martins, Ana Maria (2009), *Subject doubling in European Portuguese dialects: The role of impersonal «se»*, in: Enoch Aboh et al. (edd.), *Romance languages and linguistic theory 2007: Selected papers from «Going Romance» Amsterdam 2007*, Amsterdam/Philadelphia, Benjamins, 179–200.
- Mendes, Amália/Estrela, Antónia (2008), *Constructions with SE in African varieties of Portuguese*, *Phrasis* 2008:2, 83–107.
- Michaelis, Susanne Maria, et al. (edd.) (2013a), *The atlas of pidgin and creole language structures*, Oxford, Oxford University Press.
- Michaelis, Susanne Maria, et al. (edd.) (2013b), *The survey of pidgin and creole languages*, vol. 2, Oxford, Oxford University Press.
- Michaelis, Susanne Maria, et al. (edd.) (2013c), *Atlas of Pidgin and Creole Language Structures Online*, Leipzig, Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology, <http://apics-online.info> (30.09.2015).
- Miguel, Maria Helena (2003), *Dinâmica da pronominalização no Português de Luanda*, Luanda, Nzila.
- Mingas, Amélia (2000), *Interferência do kimbundu no português falado em Lwanda*, Porto, Campo das Letras.
- Nascimento, José Pereira do (1894), *Grammatica do umbundu ou lingua de Benguela*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Observatório da Língua Portuguesa* [online]. <http://observalinguaportuguesa.org/category/dados-estatisticos> (31.03.2016).
- Peres, João/Móia, Telmo (1995), *Áreas críticas da língua portuguesa*, Lisboa, Caminho.
- Petter, Margarida Maria Taddoni (2008), *Uma hipótese explicativa do contato entre o português e as línguas africanas*, *Papia* 17, 9–19.
- Quint, Nicolas (2000), *Grammaire de la langue cap-verdienne: Étude descriptive et compréhensive du créole afro-portugais des Îles du Cap-Vert*, Paris, L'Harmattan.
- Riedel, Kristina (2010), *Relative clauses in Haya*, *ZAS Papers in Linguistics* 53, 211–225.
- Rougé, Jean-Louis (1992), *Les langues des Tonga*, in: Ernesto d'Andrade/Alain Kihm (edd.), *Actas do colóquio sobre crioulos de base lexical portuguesa*, Lisboa, Colibri, 171–176.
- Schadeberg, Thilo (1990), *A sketch of Umbundu*, Köln, Köppe.
- Seibert, Gerhard (2012), *Creolization and creole communities in the Portuguese Atlantic: São Tomé, Cape Verde and the rivers of Guinea in comparison*, in: Toby Green (ed.), *Brokers of change: Atlantic commerce and cultures in pre-colonial western Africa*, Oxford, Oxford University Press, 29–51.
- Stroud, Christopher/Gonçalves, Perpétua (edd.) (1997–2000), *Panorama do português oral de Maputo*, vol. 1–4, Maputo, INDE.
- Tarallo, Fernando (1985), *The filling of the gap: Pro-drop rules in Brazilian Portuguese*, in: Larry King/Catherine Maley (edd.), *Selected papers from the XIIIth Linguistic Symposium on Romance Languages*, Amsterdam/Philadelphia, Benjamins, 355–375.
- Vicente, Francisco (2009), *Consciência fonológica no ensino básico em Moçambique*, dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.